REVISITANDO CONCEITOS: ALFABETISMO/ANALFABETISMO E RESPECTIVOS NEOLOGISMOS

Nair Maria Balem[*]

> A alfabetização deve ser vista para o que ela foi historicamente feita e pelo que ela é contemporaneamente, assim como pelo que pode ser no futuro.
>
> (Henry Graff)

RESUMO

O presente artigo aborda a compreensão, em uma revisão histórico-cultural e conceitual, o significado de alfabetismo/analfabetismo e respectivos neologismos, tais como "letramento", "alfabetização", "letrismo", "iletrismo", "alfabetismo" e "analfabetismo", conceituando e relacionando os mesmos ao processo de letramento do indivíduo em sua relação com a aquisição da lecto-escrita. Parte do princípio de que o "alfabetismo" é a característica distintiva mais importante de um homem e de uma sociedade civilizados, comprovando, assim, que a alfabetização é de fundamental importância enquanto acesso à produção cultural do saber, bem como acesso ao exercício de poder. A alfabetização deve, também, ser concebida para o que ela foi histórica e culturalmente pensada e pelo que ela representa contemporaneamente, assim como pelo que pode ser no futuro.

Palavras-chave: neologismos, alfabetismo, analfabetismo, alfabetização.

ABSTRACT

This article approaches the comprehension, in a historical-cultural and conceptual revision, the literacy and illiteracy meaning, and respective neologisms, such as: "letramento", "literacy", "letrismo", "iletrismo", "literacy" and "illiteracy", considering and relating them to the process of the individual's letramento in his relationship with the lecto-writing acquisition. It starts considering that the "literacy" is a man's more important distinctive characteristic and of a civilized society, proving, that the alphabetization is of fundamental importance while It is an access to the cultural production of the knowledge, as well, as to the exercise of power. Also the literacy, should be conceived for the one that she was historical and culturally thought and by that it represents contemporary and for that it can be in the future.

Key-Words: neologisms, literacy, illiteracy, alphabetization.

[*] Mestre em Educação. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus de Frederico Westphalen/RS.

A epígrafe de Graff motivou-me a promover buscas com vistas a inventariar estudos a um maior embasamento teórico, para melhor compreensão e reflexão acerca do alfabetismo, que, talvez, deva principiar por uma revisão histórico-conceitual do que sejam alfabetismo/analfabetismo e respectivos neologismos[1], assim como uma revisão das implicações de natureza sociocultural relevantes para o traçado de um perfil potencialmente capaz de traduzir as concepções institucionais, comunitárias e individuais acerca dessa questão.

Assim, é necessário registrar, de imediato, que o termo "alfabetismo" é utilizado, para fins deste estudo, com o mesmo sentido do termo inglês *literacy*[2], o qual, como propõe Soares (1998), designa a condição de pessoas ou grupos que não apenas sabem ler e escrever, mas também utilizam a leitura e a escrita, transformando sua condição de vida pela incorporação desses comportamentos em seu viver diário, isto é, a condição de ser letrado. Já "analfabetismo" é uma palavra utilizada no português corrente para designar a condição daquele que não sabe ler e escrever. Frago (1993, p.16) afirma que *analfabetismo* é "conseqüência da ausência de um processo de alfabetização". Ana Maria Freire (1993, p.18), ao discutir analfabetismo, assevera que essa condição "não é uma escolha nem se soluciona por decretos ou leis, porque vem sendo o resultado das múltiplas e infinitas transas dialéticas das pessoas, enquanto posicionadas nas classes sociais". Estudar circunstanciadamente o alfabetismo e o analfabetismo, assim, requer que estendamos, aqui, discussões a respeito da terminologia de que se vale esse campo de estudo, conteúdo das próximas seções.

1 TECENDO UMA REDE DE SIGNIFICAÇÕES: "LETRAMENTO", "ALFABETIZAÇÃO", "ILETRISMO" E "ANALFABETISMO"

A alfabetização é um tema complexo, no qual se definem posições ideológicas, econômicas e sociais, e, apesar de o termo começar a adquirir novos usos e a invadir novos campos, tais como "alfabetização tecnológica, computacional, científica", entre outros, a ambigüidade principal continua sendo sua própria conceituação (Torres 1995), ou seja, o entendimento do que efetivamente signifique alfabetização. Objetivando elucidar meu entendimento acerca do que seja "alfabetização", passo a registrar e discutir uma série de posicionamentos teóricos.

---

1 Conforme aborda o Dicionário de Lingüística e Gramática, de Joaquim Mattoso Camara Jr., neologismo são "inovações lingüisticas que se firmam numa língua dada e pode tratar-se de vocábulos novos ou de novos tipos de construção frasal". Em regra, porém, são composições ou derivações novas, havendo nestas últimas acentuadas preferência por sufixos. Para fins deste estudo, entendo "neologismos" como sendo todos os vocábulos semanticamente relacionados à "alfabetização" e ao "analfabetismo", atualmente em uso, tais como "alfabetismo", "letramento", "iletrismo" e "leiturização".

2 Graff (1990, p. 31) define o termo *literacy* como a representação do "estado" ou "condição" que o indivíduo ou grupo social passam a ter sob o impacto das mudanças ocasionadas pelo uso da escrita. Soares (1998) utiliza a expressão letramento para a tradução *literacy*, ou seja, para o que chamarei de alfabetismo.

A discussão do tema alfabetismo/analfabetismo refere-se tanto a denúncias sobre o problema como a propagandas de projetos visando à redução do número de analfabetos. Constato que os estudos tradicionais neste campo centram-se no analfabetismo e não na alfabetização como processo. Constituem uma descrição da distribuição e da evolução do analfabetismo e suas relações com a não escolarização ou com a assistência escolar deficiente.

É preciso considerar, no entanto, que, pelas mais diversas razões, a alfabetização foi e continua sendo concebida como um requisito, um direito, uma necessidade, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Para alguns autores,[3] o conceito abarca somente leitura e escrita, porém há considerações de que tal conceito envolve habilidades como escrever, ler, ouvir, falar, compreender o domínio da matemática, ou mesmo outras linguagens, quer sejam verbais, visuais, gestuais, dentre outras. Essa discussão precisa contemplar, ainda, o sujeito que é alfabetizado, o conteúdo do processo de alfabetização e a metodologia que o caracteriza, procedendo a uma análise que considere a cultura escrita[4]. Mesmo entre alfabetizadores, não há um consenso sobre a questão, já que alguns supõem que alfabetizar seja copiar e decodificar palavras, enquanto que, para outros, a alfabetização é um exercício pleno da leitura e da produção textual.

Há, no entanto, consenso de que os termos referem-se à leitura e à escrita, como, ainda, é consensual o entendimento de que alfabetizado é aquele que está capacitado para interagir ou atuar no processo específico de comunicação. A partir de uma definição técnica - baseada no ato compreensivo de ler, escrever e contar - o conceito do estado de analfabetismo se opõe, logicamente, ao de alfabetizado. No entanto, a visão social do que é ser analfabeto não esgota a questão.

1.1 Quem é, então, analfabeto?

Aquele que não sabe ler e escrever, ou que não domina/decifra as letras? Frago (1993, p. 15) afirma que, em um sentido figurado, mais amplo, o analfabeto é "aquele que não conhece ou não sabe nada sobre um tema determinado". Segundo o autor, somos analfabetos, por exemplo, em matéria de carros ou de bolsa de valores, quando há ignorância em relação à área de conhecimentos práticos sobre determinado assunto. Se nos transportamos para um país que fala uma língua diferente da língua materna, e por nós desconhecida, nos sentiremos analfabetos. Sendo assim, analfabeto não é quem não sabe ler e escrever, mas também aquele que é incapaz de compreender ou redigir um texto determinado. Segundo o dicionário Aurélio (1999), analfabeto é "aquele que não sabe ler e escrever, que não conhece o alfabeto". Já no dizer de Frago (idem), restringindo o conceito

[3] Autores como Coraza (1990), Ferreiro (1985, 1986, 1987 e Ferreiro e Teberoski (1985), Krammer (1994), Oppino (1988), Smolka (1987), analisam processos de alfabetização, salientando os princípios inatistas / mecanicistas, bem como as concepções construtivistas.

[4] Frago (1989,1993), Graff (1990, 1995), Gumperz (1991).

ao desconhecimento do alfabeto, da leitura e da escrita, cabe a variante "semi-alfabetização", em que a leitura e a escrita não são simultâneas, mas sucessivas.

Os debates sobre o tema giram principalmente em torno de habilidades e carências de quem é ou não considerado alfabetizado ou analfabeto, dos critérios que definem quantos e quem são os analfabetos, das causas que produzem o analfabetismo, bem como das habilidades necessárias para o cidadão se desenvolver socialmente, dentre outros fatores. Isso porque alfabetização não é um processo linear; envolve diferentes níveis de complexidade para designar a condição ou o estado que adquire um indivíduo como conseqüência de ter se apropriado da escrita.

Ferraro (1998, p.10), ao analisar diversos conceitos de analfabetismo, destaca a contribuição de Freire (1985, p.7) que, partindo de seu próprio conceito de analfabetismo, sintetiza o que não é analfabetismo, para, em seguida, avançar sobre o que é: não é "úlcera", nem "erva venenosa", mas "uma dentre as diversas expressões concretas de uma realidade social injusta"; não é problema estritamente lingüístico, nem exclusivamente pedagógico ou metodológico, mas, "problema político, assim como o é a alfabetização mesma, através da qual tentaríamos superar o analfabetismo". O analfabeto, enfim, é vítima da injustiça social, é negação de um direito, de direito à alfabetização (Freire, idem).

1.2 O que é alfabetizar?

De uma consulta ao dicionário Aurélio (1999), emerge a leitura que alfabetização é "ação de alfabetizar, de propagar o ensino da leitura". Um dado a observar é que apenas a bibliografia de caráter pedagógico acrescenta "escrita" ao ato de ler quando se refere ao termo "alfabetização". Vincular ambas as concepções significa conceber o ato de alfabetizar como uma ação ligada à aprendizagem da escrita e da leitura, ou seja, favorecer ao indivíduo a apropriação da lecto-escrita. Em sentido restrito, todavia, a alfabetização é tida como um processo de transferência do sistema fonológico para o sistema ortográfico, e deste para aquele. Soares (1985, p. 21) define a alfabetização como "processo de representação de fonemas e grafemas e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados através do código escrito".

Alfabetizar, porém, em meu entendimento, extrapola a dimensão meramente fonético-ortográfica e, até mesmo, o viés unicamente cognitivo, para assumir um perfil político-social. Partindo de um conceito amplo de leitura como sendo a compreensão crítica da realidade, ou "a inteligência do mundo", Freire (1983, p.35 e 22) apresenta o conceito de alfabetização "como ato de conhecimento e como ato político". Alfabetizar, é, então, um esforço de leitura do mundo articulado com a leitura da palavra. Para o autor, a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra, e a leitura da palavra implica a continuidade da leitura do mundo.

Assim, a abordagem que enfatiza o significado social da alfabetização está presente em discussões diversificadas, tais como no conceito de alfabetização apresentado na declaração aprovada pelo Simpósio Internacional sobre Alfabetização (Persépolis, apud Perrota, 1983, p.7):

> A alfabetização não é só o processo que leva ao aprendizado das habilidades de leitura, escrita e aritmética, mas sim uma contribuição para a libertação do homem e seu próprio desenvolvimento. Assim concebida, a alfabetização cria condições para a aquisição de uma consciência crítica das contradições da sociedade onde o homem vive e de seus anseios; estimula ainda a iniciativa e participação na elaboração de projetos capazes de agir sobre o mundo, transformá-lo e definir metas e objetivos de um desenvolvimento humano autêntico.

Segundo Soares (1998), o conceito de alfabetização tem variado ao longo da história; houve épocas em que saber assinar o nome era prova de que se estava alfabetizado. Um bom exemplo dessa variação, assim como da dependência do fenômeno do letramento[5] e das condições culturais e sociais, é a comparação dos critérios que foram no passado utilizados e os que hoje são empregados para definir quem é analfabeto ou quem é alfabetizado nos recenseamentos da população brasileira.

> Até a década de 40, o formulário do censo definiu o indivíduo como analfabeto ou alfabetizado, perguntando-lhe se sabia assinar o nome: as condições culturais, sociais e políticas do país, até então, não exigiam muito mais do que isso da população. As pessoas aprendiam a desenhar o nome, apenas para poder votar ou assinar um contrato de trabalho. A partir dos anos 40, o formulário do censo passou a usar uma outra pergunta: sabe ler e escrever um bilhete simples? (Soares, 1998, p.55).

Apesar da importância da pergunta, ela já evidencia um critério de definição de quem é alfabetizado ou analfabeto, sem dúvida um avanço em relação ao critério de apenas saber escrever o nome, afinal, definir como analfabeto aquele que não sabe ler e escrever um bilhete simples denota uma preocupação com os usos sociais da escrita, trazendo consigo um conceito específico de letramento e revelando uma outra expectativa com relação ao alfabetizado: de que seja também letrado. Essa alteração dos critérios para a avaliação dos índices de analfabetismo no Brasil revela mudanças de natureza histórico-social e cultural.

Soares (idem, pp. 39 e 44) prossegue afirmando que

> um indivíduo alfabetizado não é um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita. (...) Enfim: letramento

---

5 Alguns autores brasileiros, como Mary Kato (1986), Leda Veridiani Tfouni (l988), Ângela Kleiman (1995) e Magda Becker Soares(1998), utilizam o neologismo "letramento" com o mesmo sentido do termo alfabetismo, como sugere a própria Soares (1995), por guardar o mesmo sentido do termo "alfabetização", relativo ao ato de ensinar ou propagar o ensino da leitura e da escrita e também por ser um termo já dicionarizado. Kleiman (1995) esclarece que a palavra letramento não está dicionarizada tendo em vista a complexidade e variação dos tipos de estudos que se enquadram nesse domínio, mas se deve a Mary Kato a utilização primeira do conceito "letramento", em 1986 (1987).

> é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita.

1.3 O que significa letramento?

A palavra letramento ainda causa estranheza a muitos, como afirma Soares (1998, p.16), dizendo que "outras palavras do campo semântico sempre nos foram familiares: 'analfabetismo, analfabeto, alfabetização, alfabetizado e mesmo letrado e iletrado'". O dicionário Aurélio (1999) define "letrado" como versado em letras, erudito; e "iletrado" como aquele que não tem conhecimentos literários, incluindo-se nesse conceito o analfabeto ou quase analfabeto.

Soares (idem), reportando-se ao termo "letramento", registra que um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser de certa forma letrado, quando (mesmo marginalizado social e economicamente) vive em um ambiente onde acontecem leituras, e ele se interessa em ouvi-las. Esse analfabeto é, de certa forma, "letrado", porque se envolve em práticas sociais de leitura e de escrita. A autora (1996, p.86 e 87) deixa explícitas as diferenças entre o que vem tratando por alfabetização (aquisição da tecnologia do ler e escrever) e "letramento", fazendo uma distinção entre três termos, ou seja, "analfabeto", "alfabetizado" e "letrado". "Analfabeto" é aquele que não domina as tecnologias da leitura e da escrita, enquanto "alfabetizado", por oposição à "analfabeto", é aquele que domina tais tecnologias sem, no entanto, refletir o estado ou condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, "incorporando as práticas sociais que as demandam"; "letrado", a seu turno, é aquele que, dominando as tecnologias da leitura e da escrita, responde adequadamente às intensas demandas sociais do universo em que se insere.

Em relação à "alfabetização" e ao "letramento", concordo com Tfouni (1995, p.9-10), que afiança:

> A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem.(...). O letramento, por sua vez, focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita (...). Procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas 'letradas' em sociedades ágrafas.

Assim concebida, a relação entre os dois termos estaria no fato de, tanto alfabetização quanto letramento, serem processos de um sistema escrito; a diferença, por sua vez, estaria no fato de a alfabetização fazer parte da instrução formal, escolarizada, diferenciando-se em cada sujeito e pertencendo ao âmbito individual, ao passo que o letramento se centralizaria no social, investigando o comportamento dos alfabetizados ou não alfabetizados. Tornar o aluno letrado implica aceitar a alfabetização como integrante de um processo amplo, o processo de letramento.

Soares (1998) e Tfouni (1995), ainda que discutam a dimensão contextual do letramento, não consideram a perspectiva freireana acerca da alfabetização, uma vez que

Freire (1980) relaciona a alfabetização ao desenvolvimento da consciência crítica, da organização reflexiva do pensamento do analfabeto de modo a conduzi-lo em um processo real de democratização da liberdade e da cultura, o que me parece fundamental.

Ribeiro (1999), por sua vez, ao reportar-se ao termo "letramento", afiança que o conceito refere-se não apenas ao saber ler e escrever, mas principalmente ao saber usar a leitura e a escrita, e, mais, atenta para a necessidade de a pessoa incorporar a linguagem e a escrita a sua vida. Concordando com as considerações da autora, registro a importância da prática da utilização lingüística, ou seja, é fundamental ao indivíduo tornar-se usuário, além de ter incorporado a linguagem escrita. Tendo em vista essas concepções, parecem procedentes as afirmações da autora a respeito da necessidade de revisão dos objetivos da alfabetização, principalmente de adultos, passando da mera decodificação do código escrito para uma perspectiva funcional do uso da escrita, pois alfabetizar-se, em nossa sociedade, significa introduzir-se na diversidade de práticas de leitura e escrita.

1.4 O que dizer da "leiturização"?

Trata-se de um termo proposto por Foucambert (1994), que envolve o processo de seleção, divulgação, interpretação de texto, resultando em uma evidente divisão social do trabalho de leitura. O autor estabelece a diferenciação entre o "analfabetismo", desconhecimento das técnicas de utilização da escrita e "iletrismo", falta de familiaridade com o mundo da escrita, defendendo o termo "leiturização" sob a seguinte argumentação:

> Hoje (...), as pessoas não são iguais diante da escrita; 30% delas são leitoras e 70% (até menos, já que 10 a 15% das pessoas voltaram a ser analfabetas) são capazes de entender a escrita, mas dependendo de esforços tão penosos que não recorrerão a qualquer texto se puderem encontrar outros meios de informação(...) O não leitor, diante de um texto escrito, não o compreende diretamente. Vê-se obrigado a transformá-lo em linguagem oral; é essa mensagem que ele entenderá. Esse trabalho de transformação é extremamente demorado e difícil, e não é possível, portanto, abordar dessa maneira um livro de trezentas páginas (p.15).

Acredito que, com o conjunto de práticas sociais e discursivas, tais como a fala, a leitura e a escrita, o sujeito assume uma certa identidade social, refletindo os efeitos sociais e cognitivos que sustentam atribuições de sentido em sua emancipação e resultam em modelos de letramento diferenciados. A familiaridade com tais modelos faculta-me registrar uma concepção específica de letramento, que pressupõe o conhecimento do sujeito inserido em suas práticas sociais, culturais e discursivas, já que esse fenômeno extrapola o mundo da escrita, vai além da aquisição do código escrito, imbricando-se com a conquista da autonomia. Street (apud, Soares, 1998, p.77) distingue duas categorias do letramento:

> a primeira, de caráter econômico, relacionada com a produção e as condições de trabalho; a outra, de caráter cultural, relacionada com a transformação da consciência crítica (o processo de "conscientização") e com a ativa participação dos adultos em seu próprio desenvolvimento.

1.5 Por fim, o que é "iletrismo"?

É preciso considerar que a identidade de um membro do grupo cultural constituído pelos analfabetos, que estão inseridos na sociedade industrial contemporânea, com forte presença dos meios de comunicação de massa, tem um lugar social bem definido e a característica de não dominar completamente o sistema simbólico da leitura e da escrita, ou seja, ser iletrado. De acordo com Oliveira (1992, p.19), "a identidade de um membro desse grupo constrói-se, em grande parte, por uma negação: ele é não-alfabetizado, não domina o sistema da escrita, não tem acesso a certos modos de funcionamento claramente presentes na sociedade em que vive". Ser iletrado, assevera a autora, é uma característica que explica a pertinência do indivíduo a um grupo cultural sem escrita, que vive como os demais membros de seu grupo social e está inserido numa cultura em que a ausência da escrita não é uma lacuna; ser analfabeto, na sociedade letrada, indica a ausência, no nível individual, de uma competência presente e valorizada nessa mesma sociedade. Portanto, iletrismo significa não familiaridade com o mundo da escrita.

2 BUSCANDO PISTAS CULTURAIS SOBRE O TEMA "ALFABETISMO E ANALFABETISMO"

É de fundamental importância a compreensão da alfabetização enquanto acesso à produção cultural do saber, bem como acesso e exercício de poder, ou seja, enquanto ato político, cuja compreensão requer um olhar sobre a natureza cultural da construção do alfabetismo, isso porque, no meu entendimento, apropriar-se da lecto-escrita extrapola a mera codificação e decodificação da escrita para constituir-se em um mecanismo potencialmente capaz de permitir aos cidadãos uma participação mais efetiva na rede de relações sociais, o que transcende as dimensões psicológica, pedagógica e lingüística.

Estabelecendo um recorte sobre práticas de alfabetização, entendidas enquanto artefatos culturais, afirma Gnerre (1991) que, nos últimos vinte anos, o conjunto crescente de contribuições sobre pesquisas relacionadas à escrita decorre de pressões históricas e socioculturais. Ele destaca programas de alfabetização e educação em diferentes sociedades. Advoga, ainda, o interesse de se fazer uma reflexão sobre outros segmentos sociais, a exemplo da forma como diferentes grupos etários produzem a escrita e a leitura, visando a desvendar interpretações presentes nas situações de alfabetização, dada a especificidade que emerge de relações sociais concretas.

Frago (1990), por sua vez, ao tecer considerações acerca da alfabetização, afirma que, nas últimas décadas, os pesquisadores têm convergido sua busca para múltiplos aspectos ligados à literatura e à cultura, numa comunhão de interesses com lingüistas e antropólogos, abrindo um campo promissor para novos estudos sobre a alfabetização, voltados para os processos da comunicação, da linguagem e do pensamento, isto é, da mente humana.

As pesquisas de Graff (1990 e 1995), historiador da alfabetização, ratificam posicionamentos de natureza cultural à medida que apontam para uma nova etapa no processo histórico da alfabetização, referente à análise sócio-histórica das transformações da mente humana. O autor (1990) considera necessária uma reconceitualização de alfabetismo ao destacar que, na imaginação popular, o "alfabetismo" é a característica distintiva mais importante de um homem civilizado e de uma sociedade civilizada. Desse modo, o "analfabetismo" acaba por ser assumido como um elemento que "causa conseqüências sociais e pessoais terríveis" (p.30). Sua principal argumentação é a que existe supervalorização dos efeitos do "alfabetismo", principalmente por ser profundamente mal-entendido. Graff apresenta resultados de investigações de estudos históricos e etnográficos, na África e no Novo Mundo, e registra haver, nos últimos dois séculos, implicações que ele chama de "mito do alfabetismo", decorrentes de suposições presentes nas teorias, pensamentos, percepções e expectativas que podem estar associadas às transformações sociais, culturais e econômicas que estão ocorrendo no mundo contemporâneo, em decorrência da alfabetização.

Esse autor, em "O mito do alfabetismo", afirma que, "se o presente nos ensina alguma coisa, é que os supostos lugares do alfabetismo e da escolarização não são nem sacrossantos nem muito bem compreendidos*"* (1995, p.27). A partir desse ponto de vista, novas perguntas começam a ser colocadas, encaminhando as pesquisas no sentido da revisão dos significados e das concepções naturalizadas do alfabetismo. As formas de sustentação, por um lado, da supervalorização que a leitura e a escrita ocupam nos sistemas de idéias da sociedade e das pessoas e, por outro, da necessidade de universalização dessas habilidades como requisitos prioritários do processo civilizatório, têm representado a instauração do privilégio do alfabetismo. Graff (1990) elenca uma série de aspectos que traduzem dificuldades à compreensão do fenômeno "alfabetismo". O primeiro aspecto que destaca é a complexidade de uma definição consistente do termo; o segundo, a falta de uma avaliação das implicações conceituais que ele apresenta; como ponto crucial, aponta a ignorância do papel vital do contexto sócio-histórico da sua produção, o que propicia o entendimento dos processos de mudança da leitura, da escrita e da oralidade no decorrer da história e das sociedades.

Nesse sentido, as pesquisas históricas atuais têm registrado uma disparidade entre as suposições teóricas e as situações empíricas estudadas. O alfabetismo, como via para o desenvolvimento, dificilmente se confirma quando são realizadas análises históricas, culturais, sociais e econômicas em diferentes sociedades. Portanto, para concretizar os efeitos desejados, o alfabetismo precisa ser entendido como uma base, uma possibilidade que dependerá das condições sociais e históricas.

Street (apud Traversini, 1998) destaca que há determinadas concepções dominantes de alfabetismo, que são construídas e reproduzidas de forma a marginalizar as concepções alternativas. O autor questiona a valorização de uma única forma de alfabetismo, bem como

os meios pelos quais essa concepção dominante é produzida. Acredita que tal pedagogização do alfabetismo é o mecanismo através do qual o alfabetismo adquire determinados usos e significados, normalmente associados ao ensino e à aprendizagem.

Os estudos de vários povos e de múltiplas culturas apresentados nas últimas décadas vêm servindo para mostrar que o alfabetismo escolar não pode mais ser considerado como a única e exclusiva variedade de alfabetismo. Frago (1990) e Graff (1995) situam o ler e o escrever no campo das práticas culturais significativas, anteriores ao surgimento da escola e, portanto, socializadas em experiências não escolares. Frago, nesse sentido, ao tentar entender a natureza do processo de alfabetismo que ocorre dentro e fora da escola, questiona, em estudos realizados na Espanha, "por que uns países, regiões ou grupos sociais eram alfabetizados e outros não?" (Frago, 1993, p.33), levantando fatores intra e extra-escolares intervenientes no processo.

Graff (1995, p.28), por sua vez, enfatiza a necessidade de reconhecer a existência de outros tipos de alfabetismo, além do alfabético, tais como "o visual e o artístico, o espacial e o gráfico, o matemático, entre outros". Afirma o autor que esses "alfabetismos são relacionados e que a história do alfabetismo sugere claramente que não existe uma rota única para o alfabetismo universal e que não existe uma via única destinada ao êxito na obtenção de um alfabetismo de massa" (p.45). O autor cita como exemplo a Suécia, onde o alfabetismo de massa foi alcançado sem escolarização formal ou instrução da escrita. É necessário, segundo ele, para compreender o alfabetismo alfabético, considerar as condições materiais, culturais e historicamente específicas em que ocorreram a leitura e a escrita.

Johansson (citado por Graff, 1995) postula que, no século XVII, na Suécia, os altos níveis de alfabetismo que o país sustentava eram definidos em termos de leitura e não pela escrita, além de estarem relacionados a questões religiosas. Entende o autor, nesse contexto, que a alfabetização era múltipla e que acontecia também baseada nas necessidades das mulheres suecas, as quais, para se casarem, deveriam saber ler e escrever, a fim de posteriormente repassarem essas habilidades aos filhos. Graff (1995) reflete, ainda, acerca das chamadas "lições do passado" e sua contribuição para a compreensão histórica do alfabetismo e, sobretudo, para a elaboração de políticas de alfabetismo endereçadas ao mundo atual, considerando a gama de opções existentes para a alfabetização das pessoas em uma sociedade, entre as quais a alfabetização em domicílio. Nesse sentido, podemos destacar as seguintes considerações de Carvalho (2001)[6]: "cerca de 25% das crianças norte-americanas estão sendo alfabetizadas em casa (...) porque as escolas públicas têm se mostrado um grande risco àquelas crianças em algumas áreas". Trata-se de um exemplo em que as famílias trazem para si a responsabilidade pela alfabetização dos seus filhos, dadas determinadas contingências da modernidade.

Tais contingências, em muitos casos, determinam a identidade cultural dos indivíduos e muitas indagações estão presentes e implicadas nas relações de poder e nos processos de representação que constituem tais identidades culturais. Segundo Silva (1997, p.132), "a identidade cultural ou social é o conjunto daquelas características pelas quais os grupos sociais se definem como grupos: aquilo que eles são. E acrescenta o autor, aquilo que eles são, entretanto, é inseparável daquilo que eles não são, daquelas características que os fazem diferentes de outros grupos". O alfabetismo tem sido privilegiado como uma dessas características que, emaranhadas nas relações de poder, têm definido os grupos. A partir disso, uma divisão entre alfabetizados e analfabetos se constitui como uma identidade cultural absoluta, essencializada, fixa e aceita como natural. Segundo Silva (1997), no entanto, não há identidades naturais, elas são processos construídos pelos próprios grupos a partir de condições sociais que lhes propiciem se qualificarem com características comuns. Essas qualificações, porém, são fabricadas a partir de representação: "aquilo que um grupo tem em comum é resultado de processos de criação de símbolos, imagens, memórias, narrativas, mitos que 'cimentam' a unidade de um grupo, que definem a sua identidade*"* (p.132).

Assim, dominar as habilidades de leitura e escrita tem, historicamente, permitido posicionar as pessoas em determinadas situações, dotando-as de condições para representarem aqueles que não detêm a mesma habilidade. E, segundo considerações anteriores, as próprias justificativas das políticas educacionais, assim como a das campanhas de alfabetização, têm atribuído aos analfabetos o prejuízo social, econômico e cultural de toda a comunidade.

Graff (1995), aludido na epígrafe deste texto, de fato parece ter razão quando afirma que a alfabetização deve ser concebida para o que ela foi histórica e culturalmente pensada e, pelo que ela representa contemporaneamente, assim como pelo que pode ser no futuro. O alfabetismo é fundamental, porque, como postula Freire, para haver exercício da cidadania é imprescindível que o indivíduo participe como sujeito na interação com a sociedade letrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, J. S. **Diretos Humanos, Cidadania e Práticas Educativas.** In: Alfabetização e Cidadania*,* n. 7, São Paulo: RAAAB, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio:** O dicionário de Língua Portuguesa*.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOLHA de São Paulo. Oscar da Alfabetização, na região Sul do país, possui cidades em que os jovens sabem ler e escrever. Nordeste - Polígono do analfabetismo. In*:* **Folha de São Paulo***,* 24 mar. 1996. (Brasil 1, p.8-9.).

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FRAGO, Antônio Vinão. **Alfabetização na sociedade e na história:** vozes, palavras e textos. POA: Artes Médicas,1993.

FREIRE, Ana Maria. **Analfabetismo no Brasil:** da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever. São Paulo: Cortez, 1993. (Biblioteca de Educação).

FREIRE, Paulo. **Alfabetização:** leitura do mundo e leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GNERRE, M. **Linguagem, Escrita, e Poder.** São Paulo: Martins Fontes Editora, 1991.

GRAFF, Harvey. O mito do alfabetismo. In: **Teoria e educação**. Porto Alegre: Pannônica, n2, p.30-64, 1990.

___. **Os Labirintos da Alfabetização:** reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetismo e atitudes:** Pesquisa com jovens e adultos. Campinas, São Paulo: Papirus, Ação Educativa, 1999.

SOARES, Magda Becker. Alfabetismo/Letramento. **Presença Pedagógica**, jul./ago, 1996 n.10 vol.1

___. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TFOUNI, Leda. **Letramento e alfabetização.** Campinas, SP: Cortez Editora, 1995.

TORRES, Rosa Maria. O que é saber ler no mundo de hoje?: Cinco reflexões sobre educação. In: **Alfabetização e Cidadania**, ano 2, v. 2, n. 1, 1995.

TRAVERSINI, Clarice Salete. **Reflexões sobre o sucesso da alfabetização: a escola e o contexto cultural de Poço das Antas – RS**, UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação. Faculdade de Educação).